

## Ata n.º 2

### **Procedimento concursal comum de recrutamento para o preenchimento de um posto de trabalho da carreira/categoria de técnico superior, conforme caracterização no mapa de pessoal da Direção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo, na Divisão de Investimento na Agricultura (DIA), na modalidade de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado**

Aos 28 dias do mês de janeiro de dois mil e vinte e um, o júri designado por despacho do Diretor Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo, datado de dezanove de setembro do mesmo ano, retomou os trabalhos relativos ao procedimento concursal comum para o preenchimento de um posto de trabalho do mapa de pessoal da DRAPLVT, na carreira e categoria de técnico superior, na modalidade de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, restrito a trabalhadores detentores de um vínculo de emprego público por tempo indeterminado.

A reunião de júri é feita por videoconferência, em consideração pelas medidas excecionais de contenção da doença COVID-19.

Ficam apensas à presente ata todas as mensagens de correio eletrónico trocadas entre os elementos de júri sobre a mesma ata, sendo o original assinado na primeira reunião em que o júri reúna.

Tomaram parte nas presentes deliberações os seguintes elementos do júri:

**Presidente:** Pedro Maria Baptista Lino Caetano, Diretor de Serviços de Investimento;

**1º Vogal Efetivo:** Fernando Alberto Lopes Gomes, Chefe de Divisão de Investimento na Agricultura, que substituirá o Presidente do júri nas suas faltas e impedimentos;

**2º Vogal Efetivo:** Luís Filipe Ferreira de Sousa, Delegado Regional do Ribatejo;

O Presidente do júri deu início à reunião, propondo a seguinte ordem de trabalhos, que foi aceite por unanimidade:

#### **I. Análise das candidaturas**

#### **II. Deliberação sobre a admissão ou exclusão dos candidatos a concurso**

#### **III. Decisão sobre o método de seleção obrigatório a aplicar**

#### **IV. Elaboração da prova de conhecimentos**

#### **V. Marcação da data da prova de conhecimentos**

#### **VI. Regras sobre o material de consulta a utilizar durante a prova**

#### **VII. Notificação aos candidatos**

#### **I. Análise das candidaturas**

1. O júri verificou que se apresentaram a concurso 4 candidatos a seguir identificados:

- Armandina Maria Veloso da Silva
- Dora Maria de Oliveira Gonçalves
- Raul Manuel Atracado Pereira Teodoro
- Paulo Alexandre Moreira dos Santos Cardoso

2. O júri procedeu à análise das candidaturas ao abrigo da legislação em vigor, nomeadamente dos artigos 34.º e 35.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, abreviadamente designada por LTFP, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, dos artigos 19.º e 20.º da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril, alterada e republicada pela Portaria n.º 12-A/2021, de 11 de janeiro, e da Oferta de Emprego OE202101/0019, publicitada na Bolsa de Emprego Público no dia 4 de janeiro de 2021.

## **II. Deliberar sobre a admissão ou exclusão dos candidatos a concurso**

1. Relativamente ao ponto n.º 2 da ordem de trabalhos o júri, depois de analisar os processos de candidatura em cotejo com a oferta de emprego e demais legislação, deliberou admitir ao presente procedimento os candidatos a seguir identificados:
  - Armandina Maria Veloso da Silva
  - Dora Maria de Oliveira Gonçalves
  - Raul Manuel Atracado Pereira Teodoro
  - Paulo Alexandre Moreira dos Santos Cardoso

## **III. Decisão sobre o método de seleção obrigatório a aplicar**

Aos candidatos admitidos ao presente procedimento concursal, verificou-se que os mesmos não se encontram a executar as competências e atividades caracterizadoras do posto de trabalho em causa, pelo que, e conforme disposto na alínea a) do número 1 do artigo 36.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas e na Oferta de Emprego com o código: OE202101/0019, será aplicado como método de seleção obrigatório a Prova de Conhecimentos (PC).

## **IV. Elaboração da prova de conhecimentos**

Foi elaborada a prova de conhecimentos e a respetiva grelha de correção.

## **V. Marcação da data da prova de conhecimentos**

O júri deliberou marcar a prova de conhecimentos para o dia 11 de fevereiro de 2021, pelas 10H00 na [Quinta das Oliveiras, Estrada Nacional n.º 3, 2000-471 Santarém](#).

Mais deliberou submeter à Direção de Serviços de Administração, o pedido de designação de dois elementos para supervisionar a referida prova de conhecimentos.

## **VI. Regras sobre o material de consulta a utilizar durante a prova**

Na prova de conhecimentos apenas poderá ser consultada a bibliografia constante do aviso de abertura. O júri deliberou ainda que não pode ser utilizado qualquer meio eletrónico durante a sua realização. Desta decisão deve ser dado conhecimento aos candidatos aquando da notificação da data da prova.

## **VII. Notificações aos candidatos**

Ao abrigo da alínea c) do número 1 do artigo 112.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA) conjugado com a alínea a) do artigo 10.º da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril, alterada e republicada pela Portaria n.º 12-A/2021, de 11 de janeiro, deliberou o júri promover a notificação de todos os



Direção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo

candidatos, através de correio eletrónico com recibo de entrega da notificação, informando da disponibilização da presente ata na página eletrónica da DRAPLVT.

Todas as deliberações desta reunião foram tomadas por unanimidade.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, da qual foi elaborada a presente ata que vai ser assinada por todos os membros do júri.

**Presidente**

Pedro Maria Baptista Lino Caetano

**1º Vogal Efetivo**

Fernando Alberto Lopes Gomes

**2º Vogal Efetivo**

Luís Filipe Ferreira de Sousa,